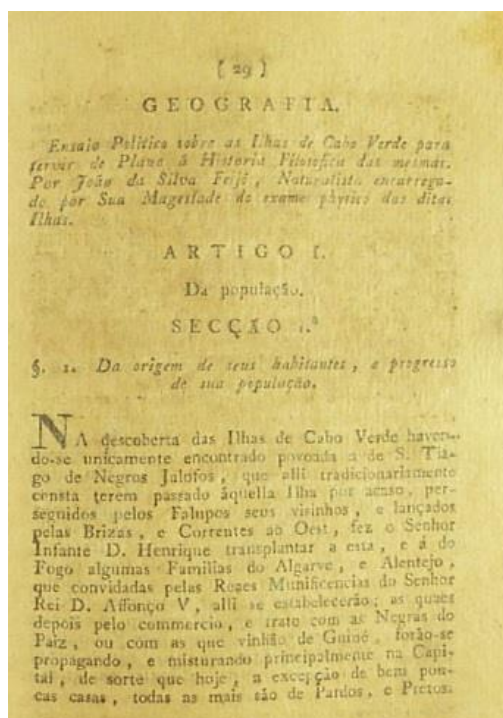


PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO ILUSTRADO BRASILEIRO A UMA HISTÓRIA DA ÁFRICA

Por *Sílvio Marcus de Souza Correa*



Resumo: o presente artigo trata das primeiras contribuições do pensamento ilustrado brasileiro a uma história da África. Informações sobre a organização política de sociedades africanas, religião e costumes faziam parte de uma orientação científica para a escrita de uma história que se inscrevia num projeto maior de história natural do império português.

Palavras-chave: Naturalistas, história da África, Império português e História natural

Abstract: This article presents the first contributions of Brazilian Enlightenment to African history. Information about the political organization of African societies, religion and customs were part of a scientific orientation for writing a history that was part of a larger project of natural history of the Portuguese empire.

Keywords: Naturalists, African history, Portuguese Empire and Natural History

Introdução

Antes de um círculo de letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esboçar as primeiras linhas de uma história nacional com base no modelo proposto por Carl Friedrich P. von Martius (1845), alguns bosquejos sobre a história de partes da África já tinham sido traçados por alguns homens nascidos no Brasil. Essas primeiras contribuições de autoria brasileira a uma história africana são ainda pouco conhecidas no meio dos africanistas brasileiros e estrangeiros. Porém, a compilação de informações

esparsas, a consulta a documentos de origem hoje ignorada, a pesquisa de campo e o testemunho ocular de um Manoel Galvão da Silva, Joaquim José da Silva e de um João da Silva Feijó inauguraram um conhecimento ilustrado de autoria brasileira sobre a história de África.[i]

O trio de naturalistas brasileiros fez parte de um grande projeto europeu de sistematização da natureza e que teve relação direta com o expansionismo político e econômico de Portugal. Segundo Mary Louise Pratt (1999, p.77-78), a história natural defendeu uma autoridade urbana, letrada e masculina sobre todo o planeta. Nascidos na cidade do Rio de Janeiro ou Salvador da Bahia, os Silva (João, Joaquim e Manoel) eram egressos de uma cultura urbana luso-brasileira, tendo inclusive uma formação coimbrã. Em 1783, os três naturalistas brasileiros foram para a África realizar “viagens filosóficas”, consideradas então práticas indispensáveis ao projeto de sistematização da natureza tropical.

Depois da vinda da família real para o Rio de Janeiro, o jornal *O Patriota* publicou textos de Joaquim José da Silva e de João da Silva Feijó. Em termos de circuito social da informação impressa, pode-se considerar como um marco para a história da África no Brasil o fato de um periódico do Rio de Janeiro publicar trabalhos de autoria de naturalistas brasileiros sobre a África e para um público leitor luso-brasileiro. Porém, tal conhecimento não fomentou um interesse historiográfico pela África por parte da elite letrada do Brasil oitocentista. Se a contribuição destes naturalistas brasileiros para o campo da mineralogia, da botânica e da zoologia já foi tratada por diversos historiadores (FIGUEIROA ET AL., 2004; CRUZ, 2002; PEREIRA, 1999; SIMON, 1983; TEIXEIRA, 1961), falta ainda uma análise crítica de seus bosquejos para a história da África.

Brasileiros em Coimbra e a história da África

Com a reforma pombalina de 1772, a Universidade de Coimbra se tornou uma das principais instituições para formação de uma elite portuguesa e também brasileira. Entre os professores estrangeiros, destacou-se o italiano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816). Homens de ciência no Brasil, como José Bonifácio de Andrada e Silva

(1763-1838) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), estudaram com Vandelli e seriam arautos de um iluminismo luso-brasileiro.[ii]

O professor italiano foi um grande divulgador em Portugal das ideias de Lineu, com quem se correspondeu e colaborou para validar o sistema de classificação em história natural. Além da correspondência, Vandelli fornecia a Lineu muitas plantas e sementes do Brasil e da África. Aliás, em sua carta de 2 de fevereiro de 1769, Vandelli informou ao seu amigo sueco que lhe enviara sementes e esperava outras, além de plantas do Brasil e de Angola. Por seu turno, Lineu informava ao amigo italiano, em carta de 13 de maio de 1769, que dera o nome genérico de Vandellia a uma planta da Ilha de São Tomé (SCARANO, 2008, p.15).

Nas cartas entre Vandelli e Lineu, nota-se que a permuta entre os dois naturalistas europeus foi intensa e que dela participava outros naturalistas. A rede de fornecimento e circulação de sementes, mudas, ilustrações e informações sobre plantas tropicais e subtropicais era complexa e os auspícios de Pombal pareciam promissores ao ponto de Vandelli vislumbrar poder “realizar grandes descobertas, e talvez um dia redigir toda a história natural deste reino”, como se referiu em sua carta de 2 de setembro de 1767. Em outra carta, datada de 17 de maio de 1773, o mestre italiano vaticinou:

No futuro, todas as produções naturais deste reino, das suas ilhas e das colônias do Brasil e da África devem ser diligentemente remetidas para cá; podemos, portanto, esperar muitas novidades importantes e proveitosas no campo das ciências naturais.

Era nessa perspectiva que Vandelli projetava as “viagens filosóficas” de seus colaboradores, como foi o caso dos três naturalistas brasileiros que foram para a África em 1783. Além do interesse pela botânica, zoologia e mineralogia, havia um outro pelos costumes, formas de organização e tradições das gentes. O mestre italiano chegou a redigir instruções sobre as principais regras que o viajante naturalista deveria observar. Entre outras, ressaltou a importância de se fazer registro do conhecimento físico e moral dos povos. Pela supina influência de suas instruções sobre os naturalistas brasileiros que estiveram em África, é mister lembrar que Vandelli chamou a atenção para aspectos

demográficos, pois sugeria ao viajante naturalista “computar o número de seus habitantes”. Outros aspectos deveriam ser ainda observados:

Se forem povos civilizados, e, entre estes, os que se aplicam à agricultura, quais ao comércio, quais às letras, quais às armas, indicando miudamente o estado de cada uma destas bases da sociedade: se a agricultura está aumentando ou enfraquecida, se o comércio dá ao Estado maior interesse possível, os gêneros que entram nele, se são os mais interessantes, e o que podem servir a isso, ignorados muitas vezes pelos seus possuidores; examinar os edifícios públicos e particulares, a estrutura dos templos, das casas, a sua arquitetura bárbara ou polida; as matérias de que se servem para a sua construção e suas comodidades; a polícia e costumes dos povos; o modo de fazer suas núpcias, festas, jogos, funerais, até as últimas funções sepulcrais, dependente tudo da religião dominante ou da antiga superstição dos povos; notar o hábito dos homens, isto é, a sua estatura, fisionomia e figura; a sua propagação, fazendo, se for possível, nos lugares povoados, o catálogo dos vivos e mortos; se passam uma vida casta ou dissoluta, servindo-se igualmente da monogamia ou poligamia; se as mulheres são fecundas ou estéreis; de que modo educam seus filhos; quais são seus vestidos e de que os fabricam; os alimentos e as bebidas de que usam e as que são mais inclinados, onde entram os paníficos e o modo de moerem os grãos, os fornos de que se servem para isso, os frutos e os sucos que preparam os seus vinhos; se vivem da caça, se da pesca; os instrumentos próprios não só para isso, mas também para as canoas perigosas, barcos ou navios, agricultura, horticultura, notando as matérias de que fabricam umas ou outras coisas; como são as dos barcos em que navegam, as mercadorias, as suas armas, os instrumentos músicos ou de guerra. A isto se reduz o que os naturalistas chamam conhecimento físico e moral dos povos” (VANDELLI, 2008, p. 95-96).

Como fisiocrata, Vandelli defendeu também algumas ideias como a primazia das atividades agrícolas sobre as industriais, o que, aliás, se coadunava com a política colonial do império português (CAVALCANTE, 2001, p.33). Se Vandelli foi um grande incentivador da “viagem filosófica” como parte da formação acadêmica de seus estudantes ou colaboradores, cabe ressaltar que o mestre italiano acreditava que o olhar do naturalista poderia melhor do que ninguém diagnosticar o potencial e também os obstáculos ao melhor proveito dos recursos naturais de cada região. A propósito, as suas reflexões sobre certos recursos naturais pouco conhecidos ou que não eram aproveitados pelos portugueses (VANDELLI; 1789, p.187-206) demonstram o quanto o mestre italiano se engajou num projeto imperial que teria a história natural como uma ciência instrumental.[iii]

No último quartel do século XVIII, foram realizadas algumas “viagens filosóficas” para o Brasil e a África sob a coordenação intelectual de Vandelli e sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa e da Secretaria de Estado de Negócios e

Domínios Ultramarinos (RAMINELLI, 2008, p.102). Faziam parte do grupo de naturalistas que foram para a África os cariocas João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva e o baiano Manoel Galvão da Silva.

O trio brasileiro com formação coimbrã fazia parte, juntamente com o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, da equipe de naturalistas do Museu de História Natural de Ajuda, em Lisboa. João da Silva Feijó foi enviado para o arquipélago de Cabo Verde, Joaquim José da Silva para Angola e Manoel Galvão da Silva para Moçambique. Cabe lembrar que discípulos do sueco Lineu, como Anders Sparrman e William Paterson, também foram para a África no último quartel do século XVIII.[iv]

A “viagem filosófica” inscrevia-se num grande esforço de inventariar o mundo vegetal, animal e mineral. Mas esses naturalistas também trataram de características gerais de grupos humanos já que Vandelli deu instruções para registrar em seus diários os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos e morais dos povos. Além disso, as instruções do mestre italiano orientavam os naturalistas a diagnosticar obstáculos ou a identificar as causas da eventual decadência de uma ou outra atividade econômica. Para isso, os naturalistas recorreram, algumas vezes, a uma explicação mecanicista da história. Nestes casos, buscavam identificar alguns fatores causais de uma determinada situação e que eles conheceram *per visu* durante as suas viagens pela África.

A redação dos trabalhos do trio de naturalistas brasileiros sobre a África seguiu o modelo de “memórias ou histórias filosóficas” do mestre Vandelli que, por sua vez, seguia o *Systema Naturæ* e incorporava o método de classificação de Lineu e ainda alguns tópicos da escola fisiocrata como a economia da natureza, etc. Se a maior parte dos trabalhos do trio brasileiro foi de história natural, encontram-se, igualmente, apontamentos sobre a formação social, econômica e política de Cabo Verde, Angola e Moçambique, além de relatos sobre as práticas jurídicas e religiosas dos africanos, a arte da guerra, etc.

Aspectos históricos de Angola por Joaquim José da Silva

Em 1783, Vandelli logrou enviar quatro brasileiros para realizar missões científicas no Brasil e na África. Para Angola foi enviado Joaquim José da Silva. Além

de naturalista, ele foi designado secretário de governo. Suas expedições científicas realizaram-se entre 1785 e 1787, concomitantemente às incursões de caráter militar pelos sertões de Angola. O peso dos interesses políticos, militares e comerciais em Angola quase sempre prevaleceu sobre os interesses científicos, o que parece ter frustrado Joaquim José da Silva em algumas ocasiões. Apesar das adversidades, ele logrou enviar várias coleções de mineralogia, flora e fauna africanas para Portugal. Alguns dos seus trabalhos foram publicados no jornal *O Patriota* em 1811 e 1813 (SILVA, 1811, 1812 e 1813). Boa parte dos seus escritos originais nunca foi encontrada.

Em 1811, *O Patriota* publicou suas notícias do Cabo Negro. Neste trabalho, uma passagem destoa do senso comum de então em relação à suposta barbárie dos africanos.

O gênio brando destes povos não contrariaria o nosso estabelecimento; e este mesmo gênio indicando docilidade de ânimo, faz presumir, que eles serão susceptíveis de tal ou qual civilização, que mão sábia com brandura lhes procure introduzir (SILVA; 1811, p.77).

Joaquim José da Silva parece esquecer ou talvez tenha discordado da divisão de Lineu sobre as espécies humanas. Sua impressão também destoa do juízo que Hegel (1999, p.83-86) fez sobre os africanos em sua *Filosofia da História*.

Alguns grupos africanos eram, para o naturalista fluminense, passíveis de civilização. Porém, o modo de civilizá-los deveria ser a brandura, tal como já havia sido defendido pelos capuchinhos em relação aos indígenas da França equinocial.[v]

Em 1813, foi publicada a continuação de sua viagem ao sertão de Benguela, realizada em 1785. Entre outros temas, Joaquim José da Silva tratou de ritos e costumes em Angola. Seu olhar não difere daquele dos compatriotas João da Silva Feijó e Manoel da Silva Galvão. Todos trataram com preconceitos aquilo que consideraram superstição dos negros. Mas o registro dessas “superstições” era uma das várias instruções de Vandelli. Rituais e cerimônias, como a coroação e o funeral de um soba, não passaram despercebidas diante do naturalista Joaquim José da Silva. Porém, a visão do naturalista ressaltava as “extravagâncias” daquilo que considerava superstição na cultura do outro.

Seria porém enfadonho a qualquer, abraçar nos limites destes apontamentos tudo quanto há que dizer sobre este objeto; além de que basta dizer, que qualquer, que tiver sabido bem o que é superstição, e o que é fanatismo, e o excesso a que podem levar o homem ignorante estas duas pestes do espírito humano, poderá abarcar com a imaginação, quão enfermos vivem esses míseros, se os considerar em grau supremo empestados destes dois infernais miasmas (SILVA, 1813, p.59).

Assim como seus compatriotas em “viagens filosóficas” às ilhas de Cabo Verde e a Moçambique, o naturalista brasileiro em Angola não raro fazia comentários desabonadores sobre as práticas jurídicas e religiosas dos africanos, bem como seus hábitos e costumes. Sobre a guerra também teceu comentários que desqualificavam os guerreiros.

Em geral, não tem estes povos o mínimo conhecimento da disciplina militar: os seus corpos de guerra não tem ordem alguma, nem regularidade as suas batalhas. Atacam tumultuosamente, e quando acham maior resistência, fogem como selvagens, mais velozes que as corsas, para o que logo dão as costas ao inimigo. [...] Não tem estas Nações lei alguma de guerra, que dê o menor indício de polícia [...] Enfim, concluirei a minha digressão, refletindo, que a maior parte desta gente é antropófaga, e que dos cativos na guerra tiram as vítimas, que sacrificam à gula e à superstição. (SILVA, 1813, p.59-60)

Apesar dos seus juízos de valores bastante eurocêntricos e da saúde debilitada após sua “viagem filosófica”, Joaquim José da Silva parece ter se “africanizado” a ponto de não querer deixar Angola, onde casou, teve filhos e morreu.

Aspectos históricos de Cabo Verde no bosquejo de João da Silva Feijó

João da Silva Feijó chegou em Cabo Verde em 1783. Dez anos depois, o brasileiro já ocupava cargo de Secretário do Governo da Capitania de Cabo Verde. Desempenhou também outras funções burocráticas e militares, sem jamais descuidar das atividades acadêmicas. No entanto, o naturalista brasileiro teve dificuldades para obter reconhecimento do seu trabalho, notadamente sobre a mineração, pois seus primeiros relatos sobre o potencial dos recursos minerais (enxofre e salitre) foram criticados em Lisboa. Nos primeiros anos em Cabo Verde, o jovem naturalista se indispôs com autoridades políticas e clericais, o que dificultou levar a cabo a sua missão científica.

Ao retornar para Lisboa, Feijó se dedicou a escrever e publicar o seu *Ensaio econômico sobre as Ilhas de Cabo Verde* (1797). Mas o naturalista tinha também o intuito de fornecer um “plano à história filosófica” das Ilhas de Cabo Verde. Partes do seu plano à história filosófica foi publicado no jornal *O Patriota* em 1814.

Como já foi apontado por Nobre (1978, p.66), o naturalista se dispunha a escrever um tratado sobre o arquipélago de maiores dimensões. No entanto, deixou de concretizar tal propósito, provavelmente, por ter assumido encargos alheios às investigações científicas. O seu “plano à história filosófica” das Ilhas de Cabo Verde resta, contudo, como um primeiro bosquejo de interpretação histórica sobre uma parte da África por um arauto do pensamento ilustrado brasileiro.

Sobre a população insular do Cabo Verde, João da Silva Feijó informou que apenas a ilha de São Tiago se encontrava povoada por negros jalofo à época da sua descoberta pelos portugueses. Usando um termo da botânica, o naturalista referiu-se à ordem do Infante D. Henrique para “transplantar” famílias do Algarve e Alentejo para as ilhas de São Tiago e Fogo. Essa população reinol teria estabelecido trato com africanos e se misturado “de tal sorte que hoje, a exceção de bem poucas casas, todas as mais são de Pardos e Pretos” (FEIJÓ; 1814, p.29).

Sobre a sociedade insular do Cabo Verde, o naturalista apresentou três classes (brancos, naturais e escravos), sendo a classe dos brancos a mais diminuta. Sobre as habitações e povoações, Feijó descreveu uma paisagem miserável quando não arruinada, onde algumas vilas não passavam de mero conglomerado de palhoças. Também a falta de zelo concorria para o estado de abandono das poucas fortificações. Feijó também criticou o estado das guarnições e a administração temporal do arquipélago.

Embora o seu plano à história filosófica fosse, ao mesmo tempo, retrospectivo e prospectivo, ele não ficou imune aos ressentimentos e rancores advindos de alguns problemas de relacionamento com autoridades militares e eclesiásticas em Cabo Verde. Mas foi sobre a moral e a maneira de viver dos insulares que Feijó expressou os limites do seu pensamento ilustrado. Dispersos em suas choupanas, num “espírito livre quase selvagem”, os habitantes foram vistos como “sem educação alguma, sem sujeição e quase sem religião” (FEIJÓ, 1814, p.35). Ao contrário do Brasil, onde a língua

portuguesa “tão facilmente se generalizou”, no Cabo Verde era ela pouco falada; inclusive, os próprios portugueses se acostumavam com o “ridículo crioulo do país” (IDEM).

Fazendo analogia da vida moral com a vida animal, Feijó viu aqueles povos como consternados, vivendo por meios mínimos de subsistência. Para ele, nem mesmo os castigos da Justiça Divina os faziam deixar a “inata ociosidade” e “preguiça”. Apesar de comentar a divisão social da terra em morgados e o difícil acesso a eles, o naturalista não associou a estrutura fundiária à pobreza. Preferiu relacionar as origens dessa última à preguiça, às pilhagens de corsários franceses, etc. No entanto, reconheceu que, nas ilhas onde era grande o número de foreiros, mais ativas e mais trabalhadas eram essas porções de terra (IDEM, p.37).

Criticou o método de cultivo baseado na queimada em detrimento de um método racional, porém, não atacou a escravidão. Ao contrário, reclamou da escassez de braços cativos e do elevado custo do trabalho dos jornaleiros. Foi implacável com os demais habitantes:

habituaados, como os vadios, a uma vida mole, ociosa, livre e insociável, no centro de suas herdades, onde tudo podiam possuir em abundância, e ocupados unicamente na cultura das canas pelo interesse da aguardente (FEIJÓ, 1814, p.39).

Em relação às artes de carpintaria, sapataria, alfaiataria e outras, Feijó considerou praticamente inexpressivas no Cabo Verde. A preparação do anil para o tingimento dos panos e a das peles de cabras e couros de bois foram vistas com restrição pelo naturalista que as considerou artes não mais que em nome, já que, havia imperfeição e faltava os princípios fundamentais de Artes, a regularidade nos seus trabalhos e os instrumentos próprios para a facilidade de seus fins (FEIJÓ, 1814, p.41).

Sobre a produção têxtil em Cabo Verde, Feijó considerou os tecidos de qualidade medíocre, grosseiros e irregulares. No entanto, ao detalhar a confecção dos panos, sendo que alguns eram feitos não apenas de algodão, mas também trançados com seda ou lã, o naturalista reconheceu um valor agregado ao trabalho e que variava também conforme a ilha onde eram fabricados (FEIJÓ, 1814, P. 42).

Como discípulo do pensamento ilustrado português, Feijó tinha uma visão utilitarista, por isso, colou em sua retina aquilo que poderia ser recurso natural para uma exploração racional de proveito econômico. Também tratou do comércio dos insulares tanto com os africanos do Senegal ao Benim quanto com os europeus. Entre os produtos desse comércio atlântico, destacou os panos, as peles curtidas de cabras, a courama, a tartaruga marinha, o milho, o sangue de drago (resina vermelha de origem vegetal), o âmbar, o tabaco, a urzela e as várias frutas. Seu breve histórico desse comércio fornece dados interessantes sobre o ciclo dessas atividades econômicas.

Sobre o câmbio, a circulação monetária e o mercado em Cabo Verde, Feijó fez também comentários bastante críticos, sobretudo pela falta de um padrão monetário válido para todas as ilhas. Sobre o estado atual do comércio à época que redigiu o seu ensaio, o naturalista considerou precário, reduzido à exportação de panos e de aguardente para a Guiné, milho para Madeira e Canárias e, algumas peles e couros para a América (IDEM, p.50). Tratou ainda da extração do sal, atividade comprometida pelo pouco zelo dos habitantes. Por último, apresentou as causas principais da decadência do comércio. Para o naturalista, uma constelação de fatores foram historicamente determinantes para a situação econômica do Cabo Verde. Pela síntese histórica do autor, segue a citação por inteira:

Mil desordens com o tempo foram as que vieram ocasionar a notável mudança tão prejudicial aos interesses, em particular daquelas desgraçadas Ilhas, que o referi-las todas ser-me-ia violento; basta que diga em suma, que depois que principiaram seus habitantes a viver dispersos, depois, que o flagelo das fomes se fez ordinário pela falta de devidas providências econômicas, depois que os negros, e alguns brancos, que a miséria ou seus crimes ali conduziram, tomaram o domínio das terras, aqueles com a sua inata indolência, e esses com a sua ignorância, preguiça, e libertinagem; depois que o comércio passou a ser privativo, e que seus administradores, práticos egoístas, longe de fazerem executar as justas e humanas intenções de seus diretores, aproveitando-se da humanidade, necessidade e miséria daqueles desgraçados povos, esgotaram por uma vez o restante de seus cabedais, escapados dos saques dos seus inimigos, depois que finalmente se consentiu o geral e vilíssimo uso da troca de seus gêneros e produções pelas roupas velhas dos estrangeiros, etc., todas aquelas vantagens desaparecendo, a miséria, a necessidade e a penúria tomaram o lugar das suas riquezas, a ociosidade e a preguiça o do trabalho e as terras por isso se reduziram a incultas etc. Só esta Secção dar-me-ia na verdade amplíssima matéria para mais discorrer, a não ser o temor de passar por exagerador, e declamador, que suspende a pena (IDEM, p.54).

A supracitada passagem do seu plano à história filosófica das Ilhas do Cabo Verde, demonstra o quanto João da Silva Feijó valorizou uma ideia de processo histórico. Mesmo que sua interpretação apresente carência de aportes da sociologia e da antropologia, indispensáveis para uma melhor compreensão histórica da formação social daquelas comunidades insulares, João da Silva Feijó apresentou um conjunto de fatores que fazem, igualmente, sentido para uma reinterpretação histórica das mazelas apontadas pelo naturalista.

Aspectos históricos de Moçambique nos diários de Manoel Galvão da Silva

Não se encontrou publicação de autoria de Manoel Galvão da Silva em periódicos publicados no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX. É provável que os seus relatos das viagens para Moçambique e para a Índia portuguesa não chegaram ao conhecimento de seus colegas no Brasil. Assim como seus compatriotas, Manoel Galvão da Silva teve que desempenhar funções burocráticas na África e também se deparou com uma série de dificuldades, inclusive de saúde, para realizar sua missão científica. Em 1784, esteve em Goa. Depois, chegou em Moçambique, onde demorou alguns anos até poder fazer sua “viagem filosófica” em território africano. Sobre suas viagens à Índia portuguesa e à África oriental têm-se dois diários e algumas cartas.

Com base em sua correspondência, pode-se inferir que sua interlocução privilegiou Vandelli e Mattiazzi, ambos do Real Jardim Botânico da Ajuda. Segundo Eugénia Rodrigues (2011), o interesse mineralógico dos naturalistas da Ajuda residiu mais na coleção do que nas possibilidades de exploração econômica dos metais nas colônias. Ainda conforme a pesquisadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, a “viagem filosófica” de Manoel Galvão da Silva, teve resultados minguidos, sendo que nada mais publicou, pelo que se sabe, depois de 1794. Para a história da África, as suas “memórias etnográficas” têm um certo valor. Porém, como o seu escrito não teve a mesma recepção que os trabalhos de Joaquim José da Silva e João da Silva Feijó na imprensa régia no Rio de Janeiro, preferiu-se não tratar de sua contribuição para uma “história filosófica” da África no presente artigo.

Depois de 1794, Manoel Galvão da Silva desapareceu dos registros de Moçambique, Portugal e Brasil. Talvez tenha voltado para Lisboa, como cogitou Simon (1983). O seu envolvimento com o tráfico de escravos também foi abordado por historiadores, o que permite inferir uma dedicação maior às suas atividades comerciais depois de deixar o seu cargo administrativo em 1793.

Brasileiros africanistas avant la lettre?

Um especialista em estudos africanos é, atualmente, conhecido pelo termo africanista. Apesar do campo dos estudos africanos ser multidisciplinar, um especialista em história da África tem pouca chance de fazer um estado da arte em outra disciplina como mineralogia ou botânica ou zoologia africanas. Por isso, pode parecer estranho ao leitor que o trio de naturalistas brasileiros tratasse de assuntos tão diversos em suas “viagens filosóficas” em diferentes partes da África.

Entre outras disciplinas, os Silva trataram de mineralogia, botânica, zoologia, climatologia, geografia e história da África. Porém, eles não eram considerados africanistas e sim naturalistas.

Assim como não havia o reconhecimento científico do especialista em estudos africanos também faltava uma dimensão política à brasilidade desses naturalistas que foram para a África. Embora nascidos no Brasil, o trio de naturalistas fez sua formação acadêmica em Coimbra e foi para a África a serviço do Império português. Viveram os três um período político conturbado, pois a crise do antigo sistema colonial interferiu em suas trajetórias profissionais e pessoais.

Ainda no último quartel do século XVIII, outros brasileiros se interessaram pela história de partes da África, como o militar Elias Alexandre da Silva Correa, autor de uma História de Angola. Nascido no Rio de Janeiro, em data incerta, Silva Correa prestou serviço militar na Ilha de Santa Catarina e em Angola. Talvez buscasse na pluma o prestígio e o reconhecimento que lhe faltaram pelas armas, embora soubesse também aproveitar mercês e privilégios da carreira militar (PEREIRA, 2006). O manuscrito de História de Angola foi publicado em Lisboa somente em 1937. O texto teria sido redigido durante a sua permanência em Luanda e, depois, em Lisboa, entre os anos de 1787 e 1799. O militar fluminense fez uma descrição de Angola, de seus portos e fortificações e tratou de vários aspectos da vida religiosa, econômica e militar.

Também fez um bosquejo histórico, desde o descobrimento até o fim do governo de Manuel de Almeida e Vasconcelos. Para sua pesquisa histórica, consultou vários documentos. Em seu prefácio à História de Angola (1937), de Elias Alexandre da Silva Correa, Manuel Múrias afirma que, além de documentos manuscritos, o autor teria consultado uma bibliografia portuguesa e estrangeira sobre a história de Angola.

Do trio de naturalistas brasileiros que partiu para a África em 1783, apenas João da Silva Feijó voltou ao Brasil. Em termos intelectuais, ele teve uma trajetória muito produtiva comparada aos naturalistas radicados em Angola e Moçambique (RAMINELLI; 2008, p.104). De volta ao Brasil, ele pôde testemunhar o fim do período colonial, a elevação do Brasil a Reino-Unido e a independência do Brasil.[vi]

Ao deixar Lisboa em 1799, o naturalista foi para o Ceará, onde viveu vários anos como sargento-mor, mas também continuou a escrever sobre vários assuntos. Se não tratou mais de temas africanos, a sua experiência científica em Cabo Verde foi de supina importância para seus trabalhos sobre a exploração do salitre, a flora cearense e mesmo para seu opúsculo sobre ovinocultura.

Depois de alguns anos no Ceará, João da Silva Feijó retornou ao Rio de Janeiro, onde passou os últimos anos de sua vida como professor de História Natural, Zoológica e Botânica da Academia Militar. Também foi organizador de manuais escolares para o ensino da História Natural.

Se Joaquim José da Silva e Manoel Galvão da Silva deram aulas, eventualmente, em cursos de História Natural organizados por Vandelli, então Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, João da Silva Feijó foi professor de História Natural muito tempo depois de sua viagem ao Cabo Verde. Provavelmente, a experiência africana enriqueceu a sua prática docente na Academia Militar no Rio de Janeiro, embora tenha sido curto o seu encargo letivo já que faleceu em 1824. De todo modo, a sua experiência africana foi assaz marcante em seus trabalhos posteriores sobre a história natural do Ceará. Para ficar num exemplo, a sua descrição topográfica da província do Ceará apresenta as principais características físicas tal como fizera para as Ilhas do Cabo Verde (SILVA; 2009, p.68).

Desde o Ensaio Econômico sobre as Ilhas de Cabo Verde (1797), João da Silva Feijó seguiu o cânone dos fisiocratas. Assim como Alexandre Rodrigues Ferreira e José

Bonifácio de Andrada e Silva, ele fez parte de uma geração coimbrã de intelectuais brasileiros que acreditava no desenvolvimento de um potencial agrícola sob preceitos científicos. João da Silva Feijó também não foi o único a olhar com olhos de naturalista a história insular de Cabo Verde ou a regional do Ceará. Aliás, enquanto ele trabalhava em seu projeto da Flora cearense, o jovem botânico Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868) viajava pelo Brasil. É possível que o naturalista carioca tenha se inteirado da publicação do primeiro volume de *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius, em 1823.

Considerações finais

Em seu livro *Brasil e África: outro horizonte*, José Honório Rodrigues chamou a atenção para o afastamento do Brasil em relação à África a partir da segunda metade do século XIX (CORREA e BITTENCOURT, 2011, p.7). Em termos historiográficos, a elite letrada e engajada num projeto nacional seguia os cânones europeus para a escrita de uma história nacional. Uma das consequências desse alinhamento foi a “desafricanização” da história do Brasil. Afinal, a história da África não interessava à academia brasileira oitocentista. Alguns até rezavam o credo hegeliano e consideravam o continente africano sem história. E muitos consideravam a África um continente selvagem. Não raro havia a defesa da tese de que o tráfico de escravos para o Brasil foi uma salvação para muitos daquelas “hordas africanas, que viviam a dilacerarem-se, e cujos régulos imploravam aos reis de Portugal a compra de seus vassalos como graça especialíssima” (PINHEIRO, 1871, p.122).

A história da África nunca foi pensada como uma chave para melhor compreender a própria “história pátria” dos historiadores do IHGB. Vale ainda lembrar que o plano de escrever a história antiga e moderna do Brasil, esboçado por Júlio de Wallenstein (1882), nada se referiu às relações brasílicas com o continente africano.[vii] A propósito, raros eram os artigos da Revista do IHGB que tratavam das relações entre o Brasil e a África, como, por exemplo, o publicado em 1891 e cujo tema versou sobre o reconhecimento do Império do Brasil por reis africanos ou dois outros, publicados em 1896, que abordaram, respectivamente, a visita e o regresso de embaixadores do rei do Daomé.

Depois da vinda da Família Real para o Brasil, um jornal do Rio de Janeiro publicou notícias e ensaios sobre Angola e Cabo Verde, respectivamente, nos anos de

1811 e 1814. Pela primeira vez, textos de autoria brasileira relativos a missões científicas na África eram publicados no Brasil e para um público leitor luso-brasileiro. Até então, as informações publicadas sobre a África eram de comerciantes, missionários ou funcionários da coroa portuguesa. Raros eram os brasileiros, notadamente cientistas, que se debruçaram sobre a realidade africana. Desse modo, o trio de brasileiros que foi para diferentes partes da África em “viagens filosóficas” produziu bosquejos que podem ser considerados como uma primeira contribuição de autoria brasileira à história da África. Por último, cabe ressaltar que a mirada destes naturalistas sobre aspectos históricos da África passou pelo crisol do iluminismo luso-brasileiro, o que lhes confere um lugar na história da África um tanto heteróclito.

Bibliografia

BITTENCOURT, Marcelo; CORREA, Sílvio M. de S. *África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Dossiê História da África, 2011, p.6-14.

CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade: uma história em três tempos*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: s. ed. 2 vol., 1937.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES*, n.36, LOCAL EDITORA 2002. p.61-08.

FEIJÓ, João da Silva. *O Ensaio econômico sobre as ilhas de Cabe Verde para servir de plano à história filosófica das mesmas (1797)* LOCAL EDITORA

FIGUEIRÔA, S. F. de M., SILVA, C. P. da e PATACA, E. M. *Aspectos mineralógicos das viagens filosóficas pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE - MANGUINHOS*, v.11, n.3, LOCAL EDITORA 2004. p.713-29.

GUEDES, Maria Estela. *João da Silva Feijó: Viagem filosófica a Cabo Verde*. Vol. XLIX. Cabo Verde: Asclépio, 1997.

HEGEL, G.W. Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

KURY, Lorelai. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. **História, Ciência e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, EDITORA 2013, p.109-129.

NOBRE, G. S. *João da Silva Feijó: Um naturalista no Ceará*. Fortaleza: Grecel, 1978.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII*. **REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA**, Coimbra, v.33, 1999. p.153-190.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Um Jovem Naturalista Num Ninho de Cobras: A trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do século XVIII*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

PEREIRA, Magnus. “Rede De Mercês E Carreira: O “Desterro D’angola” De Um Militar Luso-Brasileiro (1782-1789)”. **História: Questões & Debates** n. 45, , Curitiba, EDITORA 2006, p. 97-127.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. *O que se deve pensar do systema de colonização seguido pelos portugueses no Brasil*. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1871, Tomo XXXIV, p.113-122.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

RAMINIELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, Eugénia. “Nomes e serventia”. *Administração e História Natural em Moçambique em finais de Setecentos (c. 1781-1807)*. in DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org), **Temas setecentistas. Governos e populações no Império Português**, Curitiba, UFPR/CSHLA-Fundação Araucária, pp. 211-232.

SCARANO, Fábio R. *Compartilhando uma revolução científica: as correspondências entre Lineu e Vandelli*. In **DeVandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli: correspondência entre naturalistas**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008, p.13-16.

SILVA, Felipe do Amaral. *João da Silva Feijó: Uma análise acerca de sua expedição empreendida à Capitania do Ceará em fins do século XVIII e início do século XIX*. São Gonçalo: UERJ (dissertação de mestrado em história social), 2009.

SILVA, Joaquim José da. *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no ano de 1785 por ordem do governador e capitão general do Reino de Angola, o bacharel Joaquim José da Silva, enviado aquelle reino como naturalista, e depois secretario do governo*. **O PATRIOTA**. n.1, 1813. p.97-100; n.2, 1813, p.86-98; n.3, 1813, p.49-60.

_____. *Notícias sobre Cabo Negro, extrahidas dos fragmentos da viagem do doutor Joaquim José da Silva*. **O PATRIOTA**, n.6, 1811. p.71-77. LOCAL EDITORA

SILVA, Manoel Galvão da. *Diário das viagens feitas pelas terras de Manica por Manuel Galvão da Silva em 1790*. **ANAIIS DA JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR**. v.9, t.1. p.321-332. LOCAL EDITORA DATA

_____. *Diário ou relação das viagens filosóficas, nas terras da jurisdição de Tete e em algumas dos Maraves*. **ANAIIS DA JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR**. v.9, t.1. p.311-319. LOCAL EDITORA DATA

_____. *Observações sobre a história natural de Goa feitas no ano de 1784*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862.

SIMON, Willian Joel. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories. 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983.

TEIXEIRA, J. B. *Le naturaliste Joaquim José da Silva et les itinéraires des expéditions effectuées en Angola, de 1783 a 1804*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

VANDELLI, D. “*Sobre algumas produções naturais das Conquistas, as quais ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam*”, in: **Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas Conquistas**. LOCAL EDITORA 1789, p.187-206.

VANDELLI, D. “*Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*” (1779) in: **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008, p.93-170.

WALLENSTEIN, Júlio. *Memória sobre o melhor plano de escrever a história antiga e moderna do Brasil*, **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil**. Rio de Janeiro, Tomo XLV, 1882, p.159-160.

Notas

[i] As relações luso-afro-brasileiras se intensificaram na segunda metade do século XVIII e uma série de informações sobre a África era divulgada oralmente pelas próprias pessoas que circulavam pelo Atlântico. Escusado lembrar que os escravos africanos em Portugal e no Brasil eram agentes multiplicadores de um conhecimento sobre o mundo africano. Mas havia também uma produção de conhecimento (manuscrita e/ou impressa) que tratava de forma mais ou menos erudita sobre aspectos históricos do continente africano. Para ficar num exemplo, a História de Angola de autoria do militar fluminense Elias Alexandre da Silva Correa, escrita no final do século XVIII, mas publicada apenas em 1937.

[ii] Sobre o iluminismo luso-brasileiro à época da crise do antigo sistema colonial (1780-1810) ver o artigo de Kury (2009).

[iii] Em seu afã de desenvolver novos ramos de comércio, Vandelli (1789, p.190) chegou a incentivar a domesticação das zebras de Angola.

[iv] A relação entre o projeto europeu de história natural e o imperialismo foi tratado por Pratt (1999). Seu estudo analisou relatos de viagem sobre a África austral. Apesar dele não tratar dos relatos de naturalistas brasileiros sobre a “África portuguesa”, o sistema de Lineu – e que valeu para Anders Sparman (1775), William Paterson (1789) e John Barrow (1801) – serviu também ao trabalho de história natural do trio brasileiro.

[v] Sobre certa tolerância missionária diante da alteridade indígena, ver Daher, Andrea. Do Selvagem Convertível. Topoi, Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2002, p. 71-107.

[vi] Como nenhum documento atesta a adesão do naturalista à causa brasílica em 1822, pode conjecturar-se a sua posição moderada (NOBRE; 1978, p171).

[vii] Wallenstein (1882, p.159-160) propunha uma periodização da “história pátria” por décadas, de Pedro Álvares Cabral até Dom Pedro I, e que compreendesse as partes política, civil, eclesiástica e literária.